



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJC - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO - SAD/CGTI/DLOG/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 1355645/2017-SAD/CGTI/DLOG/PF

Processo nº 08206.300286/2016-00

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência se destina à contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), no fornecimento de entroncamentos digitais dedicados (links E1) e na prestação de serviço de Discagem Direta a Ramal (DDR) de forma contínua, conforme as especificações e condições constantes deste instrumento e seus anexos.

1.2. A tabela abaixo apresenta a relação dos itens a serem contratados e a estimativa de consumo mensal:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	UTILIZAÇÃO/CONSUMO MENSAL PREVISTO	MÉDIA DE VALOR UNITÁRIO PREVISTO – R\$	VALOR MENSAL PREVISTO – R\$	VALOR ANUAL MÁXIMO PREVISTO – R\$
1	Serviço Telefônico Fixo-Fixo Local	Minutos	100	0,1488925	14,88925	178,671
2	Serviço Telefônico Fixo-Móvel Local – VC1	Minutos	500	0,789635	394,8175	4.737,81
3	Serviço Telefônico Fixo-Móvel de Longa Distância Nacional – VC2	Minutos	2.500	1,6978	4.244,50	50.934,00
4	Serviço Telefônico Fixo-Móvel de Longa Distância Nacional – VC3	Minutos	7.000	1,8778	13.144,60	157.735,20
5	Assinatura Mensal de Troncos Digitais E1 (30 canais)	Mensalidade	60	1.219,405	73.164,60	877.971,60

6	Assinatura Mensal de Faixa de Ramais DDR (50 ramais por módulo).	Mensalidade	400	188,04875	75.219,50	902.634,00
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	UTILIZAÇÃO ANUAL PREVISTA	VALOR UNITÁRIO PREVISTO	VALOR ANUAL MÁXIMO PREVISTO	
7	Instalação e Ativação do Serviço de Comunicação de Voz	Instalação	60	1.687,44	101.246,40	

Tabela 1: Descrição/Especificação dos Serviços

1.3. O objeto está organizado segundo critérios tarifários das chamadas telefônicas e modalidades do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

1.4. O objeto será caracterizado mediante aspectos de disponibilidade, confiabilidade, estabilidade, monitoramento e elevados níveis de prestação de serviço.

1.5. O objeto descrito será contratado em **LOTE ÚNICO**, conforme preconiza a IN SLTI-MPOG nº 02/2008, que prevê no artigo 3º, inciso I, condição para a aglutinação de serviços, casos em que o parcelamento torna o contrato tecnicamente inviável. Será considerada vencedora a licitante que apresentar o **MENOR PREÇO POR LOTE** a ser contratado.

1.6. Não há que se falar em parcelamento do objeto nesta contratação, pois os serviços de STFC, de fornecimento de troncos digitais e alocação de ramais necessitam ser gerenciados por apenas uma empresa (a ganhadora do certame). Caso contrário, a entrega do serviço não terá estabilidade, disponibilidade e confiabilidade. O fornecimento do objeto de forma parcelada possibilita situações de indefinição em relação à responsável pela inoperância dos sistemas dependentes dos serviços contratados.

1.7. Critérios de Sustentabilidade

1.7.1. Conforme disposto na IN nº 01/2010 do SLTI/MPOG, sobre os critérios de sustentabilidade ambiental, os bens utilizados na prestação do serviço deverão:

1.7.1.1 Ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

1.7.1.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

1.7.1.3 Ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

1.7.1.4 Não conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)).

1.7.2. A comprovação, pela CONTRATADA, do atendimento a este item 1.7, poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova

que ateste que os serviços prestados cumprem com as exigências.

2. OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Esta contratação em conjunto com outras ações na área de Tecnologia da Informação na Polícia Federal objetiva alcançar a excelência na área de tecnologia da informação nas atividades fim e meio do órgão, desenvolvendo as estratégias estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

2.2. A contratação do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e de fornecimento de troncos E1 de alta disponibilidade e segurança visa atender sistemas/soluções de interesse da Polícia Federal, os quais contribuem para o andamento das atividades do órgão.

2.3. A Polícia Federal planeja implantar estes sistemas demandantes dos serviços de telefonia em nível nacional, desta forma esta contratação visa subsidiar de imediato a infraestrutura necessária, além de aumentar gradualmente, conforme a demanda, a quantidade de links E1 e faixas de ramais até o limite previsto neste Termo de Referência.

2.4. Os sistemas possuem exigências elevadas de disponibilidade e confiabilidade, quesitos estes diferentes das contratações padrão de serviços de voz. Entretanto, os requisitos mencionados neste Termo de Referência se enquadram em parâmetros comumente disponibilizados pelas operadoras de telecomunicações.

2.5. A presente contratação objetiva, por fim, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, que garanta a boa qualidade dos sistemas da Polícia Federal, com todas as suas exigências de segurança e disponibilidade satisfatoriamente atendidas, garantindo seus funcionamentos em todo território nacional.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A prestação do serviço STFC é considerada fornecimento de **SERVIÇO COMUM**, pois possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser descritos objetivamente neste documento, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado (§ 2º do art. 3º do Decreto nº 3.555/2000 e parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002).

3.2. Os serviços a serem contratados darão suporte aos sistemas de interesse da Polícia Federal, que são de extrema importância às atividades do órgão e cuja interrupção compromete a continuidade das atribuições constitucionais do órgão. Além disso, trata-se de contratação que deva estender-se por mais de um exercício financeiro continuamente, razão pela qual deve ser classificada como **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO**.

3.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.4. A prestação do serviço objeto deste Termo não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Descrição dos Serviços

4.1.1. Item 1 - Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Local, assim entendidas as ligações oriundas da Área Local em que está compreendida a cidade de Brasília/DF para telefones fixos nesta mesma área, bem como a recepção de chamadas diretamente nos ramais (Discagem Direta a Ramal – DDR).

4.1.2. Item 2 - Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Local (VC1), assim entendidas as ligações oriundas da Área Local em que está compreendida cidade de Brasília/DF para telefones móveis nesta mesma área.

4.1.3. Item 3 - Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Nacional compreendido pelo Valor de Comunicação 2 (VC2), que abrange as ligações originadas em telefones fixos e destinadas a telefones móveis em áreas compreendidas por códigos nacionais (DDD) com o primeiro dígito igual e o segundo diferente ao da cidade de Brasília/DF.

4.1.4. Item 4 - Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Nacional compreendido pelo Valor de Comunicação 3 (VC3), que abrange as ligações originadas em telefones fixos e destinadas a telefones móveis em áreas compreendidas por códigos nacionais (DDD) com o primeiro dígito diferente ao da cidade de Brasília/DF.

4.1.5. Item 5 – Assinatura mensal de serviço de fornecimento de feixes digitais E1 de 30 (trinta) canais, conforme características apresentadas neste Termo de Referência.

4.1.6. Item 6 – Assinatura Mensal de Faixa de Ramais DDR, com 50 (cinquenta) números disponíveis por faixa.

4.1.7. Item 7 – Instalação e Ativação do Serviço de Comunicação de Voz, referente a todos os custos que a CONTRATADA terá na instalação e ativação de 1 (um) feixe E1 no site da Polícia Federal.

4.2. Características dos Serviços

4.2.1. Troncos Digitais (E1)

4.2.1.1 A quantidade de entroncamentos de entrada e saída fornecida pela CONTRATADA deverá ser suficiente e necessária para evitar chamadas perdidas e proporcionar qualidade no serviço telefônico objeto deste Termo de Referência.

4.2.1.2 A entrada/saída nos enlaces dos troncos digitais deverá ocorrer na Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação com dupla abordagem de rede de fibra ótica independente em anel, conforme a figura abaixo:

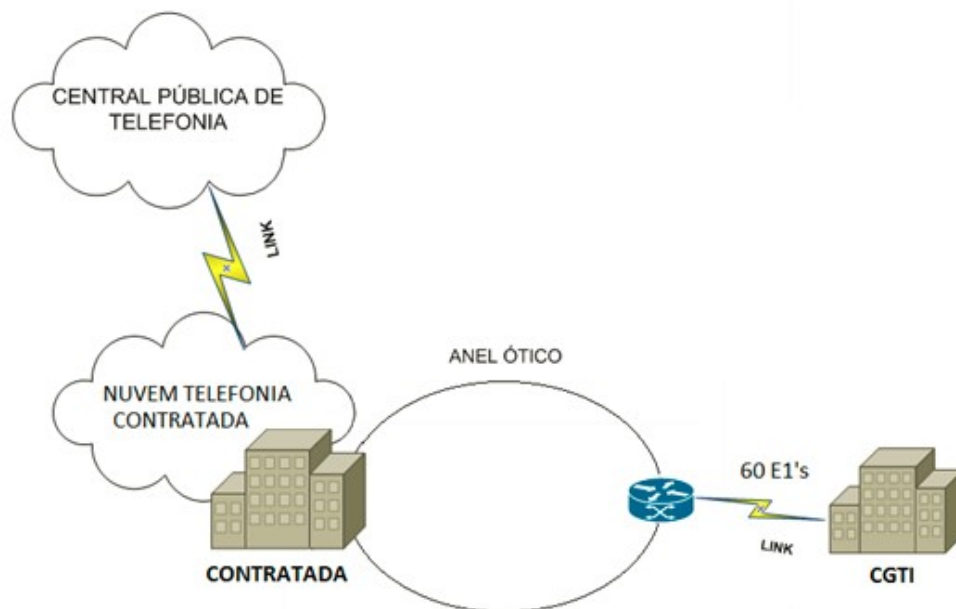


Figura 1 – Topologia Telefonia.

4.2.1.3 Velocidades de Acesso de 2048 kbps.

4.2.1.4 Interface dos circuitos padrão G.703.

4.2.1.5 Banda *Full* (100% garantida).

4.2.1.6 Circuito transparente a protocolos.

4.2.1.7 Assistência técnica 24 horas por dia, 365 dias por ano.

4.2.1.8 Na hipótese de ocorrência de interrupções, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 4 (quatro) horas.

4.2.1.9 A disponibilidade mensal/anual de cada circuito será igual ou superior a 99,90%.

4.2.1.10 Utilização de fibra óptica como meio de transmissão.

4.2.1.11 O Perfil de Tráfego, contendo as estimativas de contratações, é apresentado nos itens 1, 2, 3 e 4 do objeto. O perfil indicado, no entanto, não se constitui em qualquer compromisso de contratação, haja vista ser a primeira contratação do serviço nos moldes apresentados, e por isso a CONTRATANTE não possui uma memória da utilização do serviço.

4.2.1.12 O endereço para instalação dos links será: SPO - Lote 7 Edifício 23 (CGTI) - Setores Complementares - Brasília/DF CEP: 70610-902.

4.2.2. Entroncamento E1 e Faixa de Numeração para ramais DDR

4.2.2.1 A CONTRATADA deverá conectar feixes digitais E1 bidirecionais e ramais DDR junto à Central Telefônica indicada neste Termo de Referência nas seguintes quantidades:

- Instalação imediata de 20 (vinte) links E1 com 10.000 (dez mil) ramais DDR;
- Instalação de links E1 até o limite de 40 (quarenta) adicionais com alocação de ramais DDR até o limite de 10.000 (dez mil) adicionais, conforme crescimento da demanda durante a vigência do contrato.

4.2.2.2 A Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) reservou uma faixa de numeração para ramais DDR exclusiva para utilização da Polícia Federal com 10.000 (dez mil) números disponíveis.

4.2.2.3 A CONTRATANTE poderá solicitar a facilidade de portabilidade numérica, devendo esta manter a faixa de numeração utilizada, sem ônus para a mesma, e independentemente da operadora do serviço a que esteja atualmente vinculado.

4.2.2.4 Os Troncos Digitais (E1) serão fornecidos no padrão MFC/R2 ou ISDN, de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, sendo utilizados para recepção de chamadas diretamente nos ramais.

4.3. Garantia, Suporte e Assistência Técnica

4.3.1. Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, com disponibilidade mensal mínima em 99,90% (noventa e nove por cento e noventa centésimos) do tempo contratado.

4.3.2. As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância desta.

4.3.3. Na hipótese de ocorrência de interrupções total de prestação de serviço de recebimento e/ou realização de

chamadas, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 4 (quatro) horas, contadas da abertura do chamado, durante todo o período de vigência do contrato.

4.3.4. A prestação de assistência técnica nas dependências da Polícia Federal deverá ser feita pela própria CONTRATADA ou por técnicos comprovadamente credenciados por esta, sem nenhum custo adicional.

4.3.5. O atendimento para contato e abertura de chamados sobre o funcionamento do serviço contratado, deverá ter funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, 100% (cem por cento) do tempo contratado.

4.3.6. Os chamados abertos somente poderão ser fechados após autorização por parte do setor técnico responsável pela rede da Polícia Federal.

4.3.7. A empresa deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de falha nos entroncamentos de entrada/saída, bem como nos demais componentes ou equipamentos de responsabilidade da empresa.

4.3.8. A empresa deverá prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas corridas, por intermédio do consultor designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação.

4.3.9. O serviço de assistência técnica executado pela CONTRATADA possuirá garantia de no mínimo 10 (dez) dias após seu fechamento pela Polícia Federal.

4.4. Testes de Verificação

4.4.1. Para assegurar a disponibilidade do serviço, a empresa deverá efetuar mensalmente, testes de verificação da qualidade de transmissão, com a supervisão da CONTRATANTE, ou quem esta designar, de forma a identificar eventuais falhas de sincronismo, perdas de ligações, bloqueio de canais, travamentos ou outras situações que possam influenciar nos níveis de serviço.

4.4.2. O monitoramento dos links da Polícia Federal não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades de controle sobre todos os recursos e serviços contratados, obrigando-a a adotar ações proativas objetivando obter o melhor desempenho e garantir a disponibilidade dos serviços.

4.5. Apresentação e Julgamento da Proposta

4.5.1. O proponente deverá apresentar proposta de preço baseada em estimativa de tráfego contida no item 1.2, utilizando-se do modelo de Planilha de Formação de Preços do Anexo “A”. Os preços deverão ser expressos em reais e conter todos os tributos e encargos decorrentes da prestação dos serviços relativos a esta contratação.

4.5.2. A Planilha de Formação de Preços de que trata o Anexo “A” deste Termo de Referência deverá ser preenchida com os preços cotados. O proponente, levando em conta a estimativa apresentada deverá informar os valores ofertados e respectivos totais.

4.5.3. O proponente vencedor deverá apresentar os valores finais de cada serviço, considerando o seu somatório como valor total.

4.5.4. Na proposta deverão ser apresentadas, ainda, quaisquer outras informações afins, que o proponente julgar necessárias ou convenientes.

4.5.5. Para chamadas do STFC local fixo-fixo, deve ser adotada, como critério de tarifação, a metodologia dada pelo Art. 12 do Anexo à Resolução nº 424 da ANATEL, transcrito a seguir:

· I - unidade de tempo de tarifação: 6 (seis) segundos;

- II - tempo de tarifação mínima: 30 (trinta) segundos;
- III - chamadas faturáveis: somente são faturáveis chamadas com duração superior a 3 (três) segundos, observado o disposto no inciso VI;
- IV - no caso de chamadas a cobrar, exceto as chamadas destinadas ao código 0800, somente são faturadas as chamadas com duração superior a 6 (seis) segundos, contada a partir do término da mensagem informativa;
- V - no caso de chamadas encaminhadas ao correio de voz somente são faturadas as chamadas com duração superior a 3 (três) segundos, contada a partir do sinal audível que acompanha a mensagem característica do correio de voz; e
- VI - chamadas sucessivas com duração inferior a 30 (trinta) segundos, efetuadas entre os mesmos acessos de origem e de destino, e quando o intervalo entre o final de uma ligação e o início da seguinte for inferior a 120 (cento e vinte) segundos são tarifadas como uma única ligação, cuja duração é igual ao somatório das durações das chamadas sucessivas ou igual ao tempo de tarifação mínima.

4.5.6. Para utilização do STFC Local envolvendo acesso do Serviço Móvel Pessoal (SMP), as chamadas, para efeito de tarifação, levarão em consideração o tempo de utilização, conforme dispõe os Arts. 22 e 23 do Anexo à Resolução nº 424 da ANATEL.

4.5.7. Para utilização do STFC Longa Distância Nacional (LDN) envolvendo acesso do SMP, as chamadas, para efeito de tarifação, levarão em consideração as áreas de numeração e de registro do acesso, sua duração, a hora e dia de sua realização, conforme dispõe o Art. 34 do Anexo à Resolução nº 424 da ANATEL.

4.6. Da Capacidade Técnica

4.6.1. A CONTRATADA deverá apresentar na fase de habilitação Certidões ou Atestados de Capacidade Técnica expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou ou está executando serviços compatíveis com o objeto descrito.

5. DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. O dimensionamento para a definição da quantidade de troncos digitais (E1) levou em consideração a estrutura de funcionamento dos sistemas demandantes da Polícia Federal que serão entregues pela CGTI. A previsão é que estes sistemas sejam utilizados por todas as Unidades Descentralizadas da Polícia Federal, com uma implantação que deverá ocorrer de forma paulatina, em médio prazo.

5.2. Para planejamento da implantação da infraestrutura necessária ao atendimento do objeto deste Termo de Referência, segue cronograma de instalação dos feixes digitais:

Quantidade E1	Ramais DDR	Instalação
20	10.000	Imediata
40	10.000	Até o final do 1º ano de contrato.

Tabela 2: Cronograma de Instalação de Troncos Digitais (links E1)

5.3. O pagamento das mensalidades dos Links E1 ocorrerá conforme o uso dos mesmos. Não deverá haver cobranças

de assinaturas de Links E1 ainda não instalados na Central Telefônica indicada neste Termo de Referência.

5.4. O pagamento das mensalidades de Ramais DDR ocorrerá conforme o uso das mesmas. Não deverá haver cobranças de assinaturas de Ramais DDR ainda não alocados na Central Telefônica indicada neste Termo de Referência.

5.5. O pagamento referente às instalações e ativações do serviço de comunicação de voz ocorrerá a cada instalação, conforme requisição da CONTRATANTE, e a cobrança deverá vir descrita na Fatura Mensal.

5.6. A partir da quantidade de troncos E1 e Ramais DDR destinados à infraestrutura dos sistemas demandantes, bem como do perfil dos mesmos, estimou-se o Perfil de Tráfego da forma que segue:

Item	Descrição do Serviço	Unidade	Utilização Mensal
1	Serviço Telefônico Fixo-Fixo Local	Minutos	100
2	Serviço Telefônico Fixo-Móvel Local – VC1	Minutos	500
3	Serviço Telefônico Fixo-Móvel de Longa Distância Nacional – VC2	Minutos	2.500
4	Serviço Telefônico Fixo-Móvel de Longa Distância Nacional – VC3	Minutos	7.000

Tabela 3: Demanda serviços de telefonia

5.7. O Perfil de Tráfego dos serviços telefônicos (itens 1, 2, 3 e 4 do objeto) foi estimado considerando-se a provável utilização dos sistemas demandantes. Cabe ressaltar que não há memória de utilização do serviço por parte destes sistemas e este tipo de serviço apresenta uma qualidade variável no perfil de consumo ao longo do ano.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. A avaliação da qualidade dos serviços prestados será realizada por meio do registro de pontuação para os eventos negativos verificados na prestação e cobrança dos serviços.

6.2. Nos casos de inadimplemento na prestação dos serviços, as ocorrências serão registradas pela CONTRATANTE, que notificará a empresa, atribuindo pontos para as ocorrências segundo a tabela abaixo:

INFRAÇÕES	PONTOS
Não atendimento ou indisponibilidade do telefone fornecido pela empresa para os contatos e registro das ocorrências.	0,3
Não apresentação do relatório de assistência técnica para cada atendimento feito dentro de 2 (dois) dias contados do fechamento do atendimento.	0,3

Cobrança por serviços não prestados.	0,3
Cobrança fora do prazo estabelecido na regulamentação pertinente.	0,3
Cobrança de valores em desacordo com o contrato.	0,3
Não apresentar corretamente e/ou não respeitar o prazo mínimo de 10 dias úteis entre a data de entrega e a data de vencimento da fatura, para entrega física da Nota Fiscal dos serviços prestados no mês, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, incluindo detalhamento das chamadas e valor total do serviço, que deverão conter todos os tributos e encargos, conforme preços contratados no processo licitatório.	0,3
Atraso na ativação dos serviços, nas alterações de características técnicas ou nas alterações de endereço, para cada 5 dias corridos de atraso.	0,3
Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, para cada 24 horas de atraso.	0,3
Deixar de informar e apresentar o preposto e seu substituto à CONTRATANTE em caráter definitivo ou temporário	0,3
Não restabelecimento do serviço no prazo de 4 (quatro) horas, contadas da abertura do chamado.	0,5
Reincidência de indisponibilidade dentro do período de garantia de 10 dias previsto no item 4.3.13	0,5
Tentativas de originar chamadas que resultem em comunicação com o número chamado inferior a 80% dos casos (por evento).	0,5
Tentativas de originar chamadas que não resultem em comunicação com o número chamado, por motivo de congestionamento na rede, superior a 4% (por evento).	0,5
Interrupção da prestação dos serviços (para cada hora totalizada pela soma de interrupções), sem comunicação prévia e acordada com a CONTRATANTE.	1,0
Não abertura de chamado de forma proativa no prazo de até 15	1,0

minutos do registro da ocorrência.	
Fechamento de chamado técnico por parte da CONTRATADA sem autorização prévia do setor responsável da Polícia Federal.	1,0

Tabela 4: Atribuição de Pontos por Infrações

6.3. A cada registro de ocorrência de infração será apurado sempre o somatório da pontuação decorrente das ocorrências acumuladas no período de 12 (doze) meses anteriores ao fato gerador. Esta pontuação servirá como base para que a CONTRATANTE aplique as seguintes sanções administrativas, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção, esta será imediatamente aplicada, observado o processo administrativo:

PONTUAÇÃO ACUMULADA	SANÇÃO
1 (um) ponto	Advertência
2 (dois) pontos	Advertência
3 (três) pontos	Multa correspondente a 2% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
4 (quatro) pontos	Multa correspondente a 4% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
5 (cinco) pontos	Multa correspondente a 6% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
6 (seis) pontos	Multa correspondente a 8% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
7 (sete) pontos	Multa correspondente a 10% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
8 (oito) pontos	Rescisão Unilateral do Contrato

Tabela 5: Atribuição de Sanções Administrativas por Pontuação Aferida

7. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

7.1. Do Prazo de Instalação:

7.1.1. A empresa deverá realizar todas as configurações necessárias, tanto em sua rede quanto nas redes das

Operadoras de Telefonia Pública. O prazo será de no máximo de 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de assinatura do contrato, devendo a entrega ser informada com, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos de antecedência.

7.1.2. Deverão ser entregues inicialmente 20 (vinte) links E1 para recepção de chamadas diretamente em 10.000 (dez mil) ramais. Conforme crescimento da demanda, serão solicitados tantos Links E1 e faixas de ramais adicionais quanto forem necessários, até o limite total de 60 (sessenta) links e 20.000 (vinte mil) ramais.

7.1.2.1 Visando o princípio da economicidade, considerando a demanda variável no uso dos sistemas, a CONTRATANTE não se compromete a contratar os 60 (sessentas) links E1 e a alocar os 20.000 (vinte mil) ramais.

7.1.3. A Polícia Federal entrará em contato com a CONTRATADA, por meio do preposto indicado por esta, requisitando a instalação de novos links E1 e/ou alocação de novos Ramais DDR.

7.1.3.1 A CONTRATADA deverá instalar e realizar todas as configurações necessárias dos links e ramais solicitados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

7.1.4. As alterações de características técnicas decorrentes de alterações nas Centrais Telefônicas, nas características de Conectividade, ou em outros fatores que impliquem em reconfiguração de recursos por parte da empresa serão efetivadas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da solicitação.

7.1.5. As alterações de endereço para locais onde a empresa já se encontra instalada e possui infraestrutura serão efetivadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

7.1.6. As alterações de endereço para locais onde a empresa já se encontra instalada e não possui infraestrutura serão efetivadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

7.2. Da Aceitação dos Serviços

7.2.1. Provisória:

7.2.1.1 A aceitação provisória do serviço será realizada por comissão designada pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação/PF, após a aprovação da proposta de aplicação das interligações e recebimento de toda documentação detalhada do projeto.

7.2.2. Definitiva:

7.2.2.1 A aceitação definitiva ocorrerá todo mês após o recebimento dos testes de taxa de erro e faturas detalhadas dos serviços prestados, que julgados em perfeitas condições técnica e administrativa serão aprovados pela comissão designada pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI.

8. DA VISTORIA

8.1. Devido às peculiaridades físicas do objeto, há a necessidade de vistoria, por parte das licitantes interessadas, nos locais de instalação dos troncos E1 e entrega dos links.

8.2. Para o correto dimensionamento e elaboração de propostas, as licitantes poderão proceder à rigorosa vistoria nos locais onde serão instalados e entregues os links digitais, examinando as áreas e tomando ciência das características e peculiaridades dos serviços a serem contratados, observando-se o grau de dificuldade dos serviços, especialmente nas dependências do Edifício da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação da Polícia Federal. A CGTI emitirá DECLARAÇÃO DE VISTORIA, anexo a este Termo, para efeito comprobatório.

8.3. As licitantes poderão emitir DECLARAÇÃO própria de que a empresa abdicou do direito de tomar ciência e de examinar a área onde os serviços serão prestados, bem como suas características e peculiaridades, constituindo-se em prerrogativa dos interessados conhecerem os locais de execução dos serviços decorrentes deste Termo de Referência.

8.4. A vistoria não será obrigatória, porém será exigida para habilitação técnica da empresa vencedora a DECLARAÇÃO DE VISTORIA emitida pela CGTI no ato de sua realização ou a DECLARAÇÃO de que a empresa licitante abdicou do direito de tomar ciência e de examinar a área onde os serviços serão prestados, bem como suas características e peculiaridades, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, posto que, não será admitida qualquer alegação posterior, para qualquer fim, de desconhecimento da licitante sobre as condições do local para a realização dos trabalhos decorrentes da licitação, devendo a licitante comprometer-se a manter sigilo sobre todas as informações às quais teve acesso em decorrência da vistoria realizada, assinando TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO.

8.5. A vistoria a ser efetuada no Edifício da CGTI deverá ser previamente agendada com a equipe técnica, através do e-mail cco.ditel@dpf.gov.br ou telefone (61) 2024.9999, em dias úteis, no prazo iniciado no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o segundo dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

8.6. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

9. DO CONTRATO

9.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será firmado contrato, de acordo com a legislação em vigor, com eficácia a partir da data de sua publicação no DOU.

9.2. A CONTRATANTE convocará a CONTRATADA, para assinar o contrato, a qual terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, para comparecer à Administração.

9.3. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

9.4. Vigência Contratual

9.4.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/1993.

9.5. Reajuste Contratual

9.5.1. Os preços propostos serão majorados, tomando por base o índice IST (Índice de Serviços de Telecomunicações) ou outro índice que venha a substituí-lo, no caso de extinção, observado os preços praticados no mercado.

9.5.2. A majoração poderá ser aplicada com periodicidade inferior a 1 (um) ano, se assim vier a ser autorizada de acordo com o § 5º, do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995. De maneira análoga, caso o órgão regulador (ANATEL) venha determinar redução de tarifas, essas serão estendidas à CONTRATANTE.

9.5.3. Na hipótese de majoração de tarifas, a CONTRATANTE passará a pagar novos valores a partir da data de sua vigência, após assinatura de instrumento de ratificação ou aditivo.

9.6. Dotação Orçamentária

9.6.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para a Polícia Federal, cujos programas de trabalho e elemento de despesas especificadas constarão da respectiva Nota de Empenho.

9.7. Garantia Contratual

9.7.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

9.7.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

9.7.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento do item 9.7.1 deste Termo de Referência autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.7.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

9.7.5. A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.7.5.1 Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.7.5.2 Prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

9.7.5.3 As multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

9.7.5.4 Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

9.7.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados acima.

9.7.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor da CONTRATANTE.

9.7.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

9.7.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

9.7.10. Será considerada extinta a garantia:

9.7.10.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

9.7.10.2 Com prazo de três meses após o término da vigência, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

9.7.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

9.8. Pagamento

9.8.1. O pagamento será efetuado à empresa, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais/Faturas, observado Art. 40 Inc. XIV, “a” da Lei 8.666/1993. As Notas Fiscais/Faturas serão pagas após serem devidamente atestadas pela comissão de fiscalização, designada em documentação própria, podendo a

Polícia Federal descontar eventuais multas que tenham sido impostas à empresa e que tenham excedido o valor da garantia.

9.8.2. Caberá a CONTRATADA apresentar as Notas Fiscais correspondentes ao objeto do contrato, no estabelecimento indicado pela CONTRATANTE, a qual se responsabilizará pelo recebimento e liberação/atesto.

9.8.3. A CONTRATADA deverá indicar, na Nota Fiscal/Fatura, o número do Contrato firmado com a Polícia Federal, CNPJ da CONTRATANTE e ser entregue(s), pela CONTRATADA, ao(s) responsável(is) pela fiscalização deste Instrumento, que somente atestará(ao) e liberará(ao) as Notas Fiscais para pagamento quando cumpridas todas as condições pactuadas.

9.8.4. Será procedida consulta “ON LINE” junto ao SICAF, CNDT e CADIN antes de cada pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas.

9.8.5. Constatando-se alguma situação de irregularidade relativa às condições de habilitação da CONTRATADA, esta será notificada, por escrito, para que, em 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou apresente defesa.

9.8.6. O prazo do item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

9.8.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE poderá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela CONTRATANTE, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.8.8. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE poderá adotar as medidas necessárias à rescisão do contrato em execução, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

9.8.9. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade ou inadimplência decorrente do presente processo.

9.8.10. As notas fiscais contendo incorreções serão devolvidas à empresa, no prazo de até cinco dias úteis, com as razões da devolução apresentadas formalmente pelos responsáveis pela fiscalização do contrato, para as devidas retificações e permanecerá pendente até que todas as medidas saneadoras sejam tomadas.

9.8.11. Nos casos previstos no subitem anterior, não haverá qualquer ônus para a CONTRATANTE.

9.8.12. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = (TX/100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

$$I = \text{Índice de atualização financeira;}$$

$$TX = \text{Percentual da taxa de juros de mora anual;}$$

$$EM = \text{Encargos moratórios;}$$

$$N = \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;}$$

VP = Valor da parcela em atraso.

9.8.13. O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamento. No caso de prorrogação do contrato, a CONTRATANTE deverá exigir reforço da garantia.

9.9. Alteração Contratual

9.9.1. O contrato decorrente da contratação poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas e adequadas justificativas.

9.9.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos dos §§ 1º e 2º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

9.10. Vinculação à Proposta

9.10.1. Serão partes integrantes do Contrato, independentemente de transcrição:

- Termo de Referência;
- Proposta apresentada pela CONTRATADA.

9.11. Dos Casos Omissos

9.11.1. A execução do contrato, decorrente da contratação, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54 da Lei n.º 8.666/93, combinado com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por comissão especialmente designada, anotando em registro próprio todas as ocorrências detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

10.4. Permitir, quando necessário, o acesso dos empregados da empresa às suas dependências que receberão as instalações do serviço contratado, para execução dos serviços referentes ao objeto contratado, após o devido cadastramento dos referidos empregados pela CONTRATANTE.

10.5. Efetuar, quando for o caso, as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA, nos termos do art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

10.6. Prestar as informações e os esclarecimentos inerentes aos serviços prestados, que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA.

10.7. Dirimir as dúvidas relacionadas ao cumprimento do objeto, que surgirem no curso da prestação dos serviços, por intermédio do Gestor do Contrato, que de tudo dará ciência à Administração.

10.8. Efetuar o pagamento, observada a disponibilidade financeira, nas condições, prazos e preços pactuados.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, em especial no que se refere à implantação, operação e níveis de serviço.

11.2. A execução dos serviços deve alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.

11.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.5. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou no Distrito Federal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL.

11.6. Prestar o serviço objeto desta contratação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.

11.7. Fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sendo atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada, excluindo a disponibilização de central de atendimento estilo “call center”.

11.8. Deverá ser fornecida lista de recorrência para escalonar a ocorrência de problemas e execução de eventuais reparos de infraestrutura pela CONTRATADA.

11.9. Credenciar por escrito um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a empresa, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

11.10. O preposto deverá ser credenciado no prazo máximo de 24 horas úteis após a assinatura do contrato.

11.11. No momento do afastamento do preposto definitivamente ou temporariamente, a empresa deverá comunicar ao Gestor do Contrato por escrito o nome e a forma de comunicação de seu substituto até o fim do próximo dia útil.

11.12. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.

11.13. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Polícia Federal - PF.

11.14. Manter seus funcionários identificados por crachá e com uniformes da empresa nas dependências da Polícia Federal quando da execução do serviço.

11.15. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as

condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.18. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas corridas, por intermédio do consultor designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação.

11.19. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato.

11.20. Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.

11.21. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram a empresa, independente de solicitação.

11.22. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

11.23. Apresentar, mensal e gratuitamente, o detalhamento dos serviços prestados em arquivo eletrônico compatível com Microsoft Office Excel ou, sob demanda, em arquivo de texto no formato TXT, no padrão FEBRABAN (versão 2 ou superior, conforme www.febraban.org.br), incluindo detalhes das chamadas por ramal (número chamado e chamador, duração, data e hora da chamada, outros) e valor do serviço, que deverá conter todos os tributos e encargos, conforme preços contratados no processo licitatório.

11.24. A versão em papel da fatura, a ser entregue no edifício da CGTI, deverá conter a Nota Fiscal, o detalhamento de gastos de cada item do objeto (total de minutos consumidos, mensalidades e instalações efetuadas no mês de referência) e o período de aferição.

11.25. Apresentar, conforme solicitação, relatório com as seguintes informações: somatório dos minutos de interrupção e cálculos percentuais de disponibilidade do período solicitado.

11.26. Reconhecer o Gestor do Contrato, bem como outros servidores que forem indicados pela CONTRATANTE para realizar as solicitações relativas a esta contratação, tais como manutenção, configuração, requisição de links e ramais adicionais entre outros.

11.27. Levar, imediatamente, ao conhecimento do Gestor do Contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis.

11.28. Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação oriunda deste Termo de Referência.

11.29. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço.

11.30. Caso o problema de funcionamento do serviço detectado tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a empresa repassará as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato para a CONTRATANTE, sem qualquer ônus para a mesma.

11.31. Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE que não seja em absoluto cumprimento ao contrato em questão.

11.32. A empresa deverá assinar termo de compromisso com declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no órgão ou entidade em razão do trabalho vinculado ao contrato assinado, cuja minuta encontra-se no Anexo “B” deste Termo de Referência. Pela mesma razão a empresa deverá providenciar o termo de ciência da declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas vigentes no órgão ou entidade, a ser assinado por todos os empregados da empresa diretamente envolvidos na contratação.

11.33. Garantir total interoperabilidade de seus equipamentos com os equipamentos da CONTRATANTE, fornecendo proposta de aplicação das interligações, a documentação detalhada, descrevendo todas as soluções que serão adotadas e demais especificações técnicas para aprovação da comissão de fiscalização, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

11.34. Fornecer a documentação técnica completa em português, atualizada e original dos serviços prestados.

11.35. Submeter previamente à CGTI, qualquer alteração que se tornar essencial à continuidade da execução dos serviços e somente alterá-los com autorização da CONTRATANTE.

11.36. Fazer diagnóstico das falhas no serviço, relatadas pela equipe técnica da CONTRATANTE, eliminando os defeitos nos componentes sob sua responsabilidade, dentro do prazo estabelecido.

11.37. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas qualquer serviço que não esteja de acordo com a boa técnica, normas, projetos ou especificações, ou que atente contra a segurança de terceiros, ficando acordado que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do CONTRATANTE eximirá a CONTRATADA das suas responsabilidades.

11.38. O Contratado deverá sujeitar-se aos acréscimos e supressões contratuais estabelecidos na forma do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Será permitida a subcontratação parcial do objeto, apenas no que se refere à implantação do serviço, e depende da autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratação cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

12.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Empresa CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação de atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. Os serviços prestados serão acompanhados, fiscalizados e atestados por comissão designada pelo Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação, que também emitirá ateste das faturas apresentadas pela

CONTRATADA, devendo, ainda, fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

14.2. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. A fiscalização de que trata o item 14 deste Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. cometer fraude fiscal;

15.1.6. não manter a proposta.

15.2. Sem prejuízo às sanções previstas neste Termo de Referência e da responsabilidade civil e criminal, a CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita às seguintes sanções:

15.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante conta-recibo do representante legal da CONTRATADA, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

15.2.2. multa moratória de 0,2% (zero virgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.2.3. multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento), por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades.

15.2.4. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.5. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.6. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.7. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.8. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

15.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

15.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.

15.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A participação, nesta Licitação, importa em total, irrestrita e irretratável aceitação, pelos proponentes, das condições deste Termo de Referência, impedindo-os de alegar desconhecimento, não entendimento ou interpretação errônea das condições da Licitação fixadas neste.

16.2. Quaisquer esclarecimentos adicionais sobre a presente licitação poderão ser obtidos no horário de 08:30h às 11:30h e de 14:30h às 17:30h, no Setor de Licitação da CGTI, pelos telefones (61) 2024-9028 e 2024-9053 ou no seguinte endereço eletrônico: cpl.cti@dpf.gov.br, desde que, em tempo hábil e até três dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

16.3. Esta Licitação poderá ser revogada por interesse público, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que os licitantes tenham direitos a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 18, do Decreto 3.555/2000, ressalvado o disposto no § 2º do mesmo artigo.

16.4. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.5. Integra este Termo de Referência em anexo:

16.5.1. Anexo “A” - Planilha de Formação de Preços (Modelo de Proposta);

16.5.2. Anexo “B” - Minuta do Termo de Compromisso Manutenção de Sigilo;

16.5.3. Anexo “C” - Minuta de Declaração de Vistoria.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
Integrante Técnico	Integrante Requisitante	Integrante Administrativo
Juliana Milhomem Matos Matrícula 18.917	Alilton Moreira de Assis Matrícula 14.648	Mariane Aparecida Ramos Sampaio Matrícula 20.764

ANEXO “A” DO TERMO DE REFERÊNCIA
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS
(Modelo de Proposta)

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE ANUAL DE MINUTOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÁXIMO ANUAL
1	Serviço Telefônico Fixo-Fixo Local	1200		
2	Serviço Telefônico Fixo-Móvel Local (VC1)	6000		
3	Serviço Telefônico Fixo-Móvel de Longa Distância Nacional – VC2	30000		
4	Serviço Telefônico Fixo-Móvel de Longa Distância Nacional – VC3	84000		

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE ANUAL DE MENSALIDADES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÁXIMO ANUAL
5	Assinatura Mensal de Tronco Digital (Link E1)	720		
6	Assinatura Mensal de Faixa de Ramais DDR (50 ramais por módulo)	4800		

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÁXIMO ANUAL
7	Instalação e Ativação do Serviço de Comunicação de Voz	60		

SOMA DO TOTAL ANUAL MÁXIMO PREVISTO	
-------------------------------------	--

Instruções de Preenchimento:

- A Proposta deverá ter validade mínima de 60 dias.
- Deverão ser preenchidos todos os serviços da Planilha de Formação de Preços respectiva, segundo os quantitativos indicados.
- A oferta de lances (diminuição de preços), durante a sessão do Pregão Eletrônico, deverá ser feita para cada item.
- Para efeito de classificação das propostas, será considerada a Soma do Valor Total Máximo Previsto.
- Nos valores informados estão compreendidos, além dos tributos, todos e quaisquer encargos que, direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado.
- Nos campos “Quantidade Anual de Minutos” referem-se à quantidade de Tráfego Anual estimada e será utilizada apenas para fins de julgamento.

ANEXO “B” DO TERMO DE REFERÊNCIA

MINUTA TERMO DE COMPROMISSO

A POLÍCIA FEDERAL, sediado em BRASÍLIA, CNPJ n.º , doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a , sediada em , CNPJ n.º , doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL,

a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe o Decreto 4.553 de 27/12/2002 - Salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pela CONTRATANTE.

Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômico, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiros.

Informações Sigilosas: são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Contrato Principal: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. O TERMO informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou

intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de idéias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Parágrafo Primeiro – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Terceiro – As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;

II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais

disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Oitava – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da , onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

ANEXO “C” DO TERMO DE REFERÊNCIA

MINUTA DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaramos, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº xxx/2016-CGTI/PF, que a empresa(nome ou razão social da empresa)....., CNPJ/MF n.º, representada por seu Responsável Técnico(nome do responsável)....., CPF nº, em visita realizada às instalações da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação da Polícia Federal (CGTI/PF), está ciente das condições atuais de infraestrutura, bem como das quantidades, marcas e configurações dos equipamentos de informática e ainda dos softwares em utilização pelo órgão, e que recebeu instruções e informações adicionais necessárias ao atendimento do objeto e demais condições do Edital, não havendo, portanto, nenhuma dúvida que prejudique a apresentação de uma proposta completa e com todos os detalhes.

Declaramos, ainda, que a supramencionada empresa está ciente do compromisso assumido de manter sigilo sobre todas as informações às quais teve acesso em decorrência da vistoria realizada nesta data.

Brasília/DF, dede 2016.

(Assinatura e carimbo)

NOME COMPLETO

Cargo

Matrícula PF

NOME COMPLETO

RG / UF

CPF

Representante legal da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **ALILTON MOREIRA DE ASSIS, Agente de Telecomunicações e Eletricidade**, em 24/01/2017, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MILHOMEM MATOS, Agente de Polícia Federal**, em 24/01/2017, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIANE APARECIDA RAMOS SAMPAIO, Agente Administrativo**, em 24/01/2017, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1355645** e o código CRC **BE8DFF11**.

Referência: Processo nº 08206.300286/2016-00

SEI nº 1355645